



PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ANO XVIII — N.º 185 — SÃO PAULO ABRIL DE 1974 — RED. R. LIBERO BADARÓ, 488 - 5.º ANDAR S/ 50 — C. POSTAL 6248 - PREÇO Cr\$ 1,00

FRELIMO DESTRÓI 21 AVIÕES E HELICÓPTEROS

Dar Es Salaam (Do correspondente) — Um comunicado de guerra da FRELIMO divulgado nesta capital e publicado no dia 1 de Março pelo Daily News, revela todos os pormenores sobre a mais devastadora derrota até agora infligida em Moçambique às Forças Armadas portuguesas: 21 aviões e helicópteros foram completamente destruídos durante um ataque de comandos à grande Base Aérea da Mueda, cidade onde se acha instalada o Quartel General português

da Província de Cabo Delgado.

A FRELIMO informou que a operação se realizou no dia 20 de janeiro, no primeiro aniversário do assassinio de Amílcar Cabral. Entretanto, as autoridades coloniais portuguesas permaneceram silenciosas, embora se saiba que o alto comando se reuniu em Lourenço Marques para apreciar o acontecimento.

Para a Força Aérea portuguesa trata-se de um desastre militar ainda mais grave do que o ocorrido em Tancos, quando a

ARA destruiu numa só noite 14 helicópteros e 3 bombardeiros. Na Mueda as perdas foram superiores: seis bombardeiros Harvard, tres jatos supersonicos FIAT-G 91, tres bombardeiros Dornier, dois Harpoon e sete helicópteros Alouette. Os prejuizos ascendem a cerca de 50 milhões de dólares.

É a segunda vez que a FRELIMO ataca a Base Aérea da Mueda. Na primeira operação, desencadeada em Setembro de 1972, os comandos moçambica-

nos destruíram ou danificaram 19 aparelhos.

Desertores recém-chegados a esta capital revelaram que o ataque teve um efeito terrível sobre o moral das tropas em todo o Norte de Moçambique. "Esta guerra está perdida!", "Não queremos morrer aqui!", "Queremos voltar para Portugal", são frases que se ouvem a todo o momento nos quartéis, sem que nenhum oficial ouse punir os soldados que assim se manifestam.

Na Beira, os constantes ataques a comboios nos caminhos de ferro de Tete e da Rodésia criaram uma atmosfera de pânico. Muitos fazendeiros estão abandonando as suas farms situadas ao longo da linha Untali-Beira e ao chegar a esse porto contam histórias reveladoras do crescente controle que os combatentes da FRELIMO exercem sobre o Vale do Zambeze e as terras férteis de Manica.

Nenhuma notícia causou, contudo, tanto alarme como a confirmação de que comandos da FRELIMO haviam sido identificados algures à margens do Rio Save, a meio caminho entre a Beira e Lourenço Marques.

A maioria dos 10.000 soldados vindos de Angola, para atender a um SOS do alto comando militar de Moçambique, destinam-se a fortalecer o dispositivo bélico da Beira e de Tete. Em conversas nos cafés e nas messes, os oficiais põem no entanto em duvida a possibilidade de se conter a actual ofensiva da FRELIMO.

Um indício expressivo do estado de espirito das autoridades: o governador da Beira, coronel Sousa Telles, foi sumariamente demitido do seu cargo. Segundo o "Times", de Londres, Telles manifestara publicamente o seu apoio aos colonos que criticaram o alto comando militar acusando-o de responsável pelas vitórias da FRELIMO.

SEKOU TOURÉ SUGERE INTERVENÇÃO AFRICANA

O importante diário francês «Le Monde» publicou em sua edição de 3 de março uma entrevista com o presidente da Republica da Guiné, Sekou Touré, chefe de Estado do país que mais apoio tem dispensado aos combatentes da Guiné-Bissau. Pela sua extraordinária significação política, reproduzimos abaixo um trecho das suas declarações, no qual sugere uma intervenção militar conjunta de potências africanas para apressar a independência da Guiné-Bissau e a liquidação do colonialismo.

«Os povos africanos — disse — que deram o seu sangue para libertar os povos europeus do jugo hitlerista serão, porventura, hoje incapaz de por um paradedeiro definitivo à abominável ocupação portuguesa, quando têm uma experiencia tão rica de combate contra a injustiça? Nossa resposta é Não. Existe ou não uma Resolução da ONU, aprovada por mais de dois terços das nações membros, reconhecendo a Guiné-Bissau como Estado independente e afirmando que é vítima de uma agressão portuguesa?»

A Africa pode, melhor, deverá intervir de maneira direta e corajosa para liquidar definitivamente a realidade colonial na Guiné-Bissau. Se nós, Estados independentes da Africa não desencadarmos ações decisivas, tais como a fusão das nossas

DESFAZENDO EQUIVOCOS

A publicação do livro Portugal e o futuro do General António de Spínola desorientou muita gente, alimentou grandes esperanças, gerou incontáveis frustrações. Importa pois, agora que que os ânimos já serenaram, tentar extrair da movimentação política que o caso provocou, as lições que ele comporta.

Num plano imediato, talvez não seja exagerado reduzir desde já o episódio às proporções que na verdade teve: mais uma etapa da luta pelo poder que se trava nos bastidores do Terreiro do Paço. Acentuamos: no Terreiro do Paço, por nos parecem sem sentido as considerações de alguns comentadores que inserem o caso num contexto de alto nível em que Spínola surge como um novo de Gaulle, capaz de levar Portugal a decisões que atingem o âmbito da geo-política, terminando de maneira dramática as últimas guerras coloniais do nosso tempo.

O incidente, no fim de contas, parece ser mais simples: o general Spínola partiu um dia para Africa, de monóculo e luva branca e durante cerca de dez anos tentou vencer os nacionalistas angolanos e guineenses, por todos os meios ao seu alcance, sem esquecer o uso do napalm, de processos químicos destruidores das plantações necessárias à alimentação da população nativa indefesa, da chamada "ação psicológica" que culminou com o assassinio, em plena noite de Conakry, do chefe das forças adversárias. Dez anos depois, tendo aplicado infrutiferamente todos estes meios "legítimos" de guerra, o general regressou a Portugal, derrotado, mas sempre impecável, de monóculo e luva branca. Escreveu então, no recesso do seu gabinete, desta vez provavelmente com a luva menos branca, um livro no qual reconheceu, bem tarde, hélas que a vitória que o governo de Lisboa lhe pedia, estava fora do seu alcance.

Deste reconhecimento, se fosse feito com lucidez e honestidade — que não diminuiria a capacidade profissional do general — só haveria uma conclusão a extrair: o povo da Guiné, que combate tão tenazmente pela sua libertação, não abrandará a luta sem conseguir a independência e portanto nada mais nos resta do que reconhecê-la. Não foi esta, entretanto, ao contrário do que uma propaganda orquestrada internacionalmente quis fazer acreditar, a conclusão a que chegou Spínola. Vencido no terreno da sua ação especifica, que é o militar, o general pretendeu camuflar o fracasso, propondo uma solução politica do problema, a qual, para quem leia com atenção as suas palavras, nada mais é do que uma tentativa de fazer cessar a guerra que o governo de Lisboa está a ponto de perder, impondo entretanto aos nacionalistas um compromisso de integração numa eventual comunidade portuguesa que não atenderia, de forma nenhuma, aos seus interesses atuais. Como tentativa de mudar uma derrota no campo de batalha numa vitória no papel das negociações, não se pode fazer melhor. Como compreender então a rejeição por parte de Caetano, após um período de hesitação, de um plano tão favorável aos seus desígnios? Para isso é preciso entrar no conhecimento do jogo das forças em Lisboa. O espectro politico português apresenta atualmente, em relação às colónias, as seguintes gradações: de um lado, o grupo dos democratas opositoristas que sempre consideraram, desde os tempos de Salazar, a independência imediata e irrestrita da colónias como a única solução, no plano político como no moral, para o anacronismo que a existência do Império português representa; do outro lado, os salazaristas empedernidos, fechados num círculo

provinciano, entre o Rocio e as Avenidas Novas, incapazes — por razões que vão desde a cegueira congénita ao enredamento em complicados interesses economicos anti-nacionais — de admitir que 1974 não se acha no século XVI e que a era do colonialismo acabou. A terceira gradação pertencem aqueles que, de longe mais espertos que os da segunda, sabendo que a batalha está perdida, pretendem numa manobra de primário maquiavelismo, adiar o mais possível a verdadeira independência, tentando entretanto aproveitar o exemplo de estruturas pluri-nacionais, como a Commonwealth e a Comunidade Francesa, para mostrar que uma organização semelhante poderia preservar a unidade da "missão imperial portuguesa", isto é, traduzido em vernáculo, das grandes forças economicas nacionais e sobretudo estrangeiras que se acham estabelecidas em Africa.

O caso Spínola veio provar que esta manobra não é tão visível como deveria ser, impondo-nos em consequência uma tarefa do mais urgente desmascaramento.

É certo que entre os oficiais de baixa patente que conspiraram em Portugal nas últimas semanas, há muito jovem honesto, que testemunhou o horror da guerra colonial, que se revoltou contra as chacinas praticadas pelas tropas de Caetano nas três frentes de luta e que deseja a qualquer preço pôr cobro a tudo isto. A estes, prestemos a nossa homenagem. Entretanto, se por impossível, esta conspiração de homens dignos triunfasse, que resposta daria o General Spínola aos seus anseios? A resposta de quem, tendo apresentado uma questão clara de forma sinistramente equívoca, só dela pode sair pelo ludíbrio. É necessário afirmar incansavelmente que Spínola não possui nem a autoridade, nem sobretudo o desejo, de resolver de frente o problema colonial. A Comunidade que propõe não seria aceitável hoje — ele sabe-o melhor que ninguém — pelos combatentes das três colónias africanas, além do mais por uma razão muito simples que está sendo esquecida pelo estrategista Spínola: o vento da guerra sopra em favor dos nacionalistas. Dispondo, pela primeira vez, de modernos meios bélicos, os combatentes do PAICG, da FRELIMO, do MPLA não vão evidentemente aceitar as propostas, apresentadas com ar de vencedor por um general que eles já derrotaram.

Não exageremos portanto a importância do episódio Spínola. Intriga de serralho, em que um grupo mais moderno pretende derrubar outro, mais antiquado, não será por este caminho que se atingirá o resultado que o povo português espera. Registemos o tremor que abalou uma estrutura que muitos julgavam monolítica. Tomemos nota de que existem, no seio do Exército português, camadas jovens que respeitamos, pois sabemos que só esperam o momento favorável para "derrubar a mesa" e acabar com a guerra. Mas, se queremos que ela termine com alguma dignidade, só estas soluções se apresentam: 1. Reconhecimento imediato da independência da Guiné-Bissau, seguindo o exemplo das dezenas de países que já assim procederam nas Nações Unidas; 2. — Concessão da independência a Angola e a Moçambique. Isto, antes que se perca, nesses países, a única presença que talvez ainda possamos preservar: a de uma cultura, que é nossa e não de Caetano, que é modesta mas não nos envergonha e que, sendo historicamente democrática, pretendemos que assim continue, na Europa como na Africa.

Um país despovoado vendido e colonizado

Os trechos que abaixo publicamos foram extraídos de um documento apresentado em Bruxelas, em fins de janeiro, por A. Cunhal, durante conferência internacional realizada naquela capital. O documento circula em Portugal.

«As migrações maciças de trabalhadores, expressão da desigualdade do desenvolvimento do capitalismo, deixaram há muito de ser um fenómeno espontâneo. A importação de mão de obra não qualificada é parte importante da «planificação» e da política de desenvolvimento dos países industriais desenvolvidos. Em Portugal, país exportador de mão de obra, o problema adquire aspectos particularmente graves. Cerca de 1.250.000 trabalhadores emigraram de 1961 a 1972. O número de emigrados excede o saldo fisiológico, registando Portugal, de 1960 para 1970,

um decréscimo demográfico. Em sentido inverso, os monopólios começam a importar mão de obra, fazendo vir para Portugal dezenas de milhares de trabalhadores africanos (particularmente de Cabo Verde), forçados a aceitar condições de trabalho e de vida ainda mais duras que as dos trabalhadores portugueses. A emigração torna-se assim no nosso país um grande problema nacional. É o problema do presente de miséria e de guerra colonial a que o fascismo condena o nosso povo. E insere-se no problema do fu-

turo, do desenvolvimento e da independência económica de Portugal.

Os fascistas descobrem agora que Portugal não tem aptidão industrial, nem aptidão agrícola. A sua «aptidão» seria a de «prestar serviços», a de ser uma economia apêndice, submissa e dependente dos grandes monopólios estrangeiros. A exportação de mão de obra faria parte dessa «aptidão nacional».

(...) Portugal, sendo o país mais atrasado da Europa, é, entretanto, dominado e governado por grupos monopolistas associados aos monopólios internacionais. Afrouxa o ritmo de desenvolvimento. Os déficits da balança comercial ascendem a cerca de metade das despesas do Estado. A inflação atinge o ritmo mais elevado do Continente. A situação geral degrada-se com o custo das guerras coloniais que absorvem mais de 40% das receitas do Estado. Os monopólios e o seu governo fascista procuram sair das dificuldades, apressar os investimentos, pagar a guerra, ganhar capacidade competitiva nos mercados internacionais à custa das massas populares e dos interesses da Nação portuguesa, Congelam os salários. Intensificam os ritmos de trabalho. Apressam a ruína do campesinato. Multiplicam os impostos, num sistema cujas características depressivas se acentuam. Apressam a centralização e a concentração. Submetem de forma crescente a economia portuguesa ao imperialismo estrangeiro. A integração económica europeia aparece como um fator do agravamento do atraso relativo e da dependência económica de Portugal. Ontem na Zona dos Sete, hoje com acordos subscritos com o Mercado Comum, é esse o destino a que o Governo fascista quer condenar o nosso país».

OS PLANOS DO GENERAL MOBUTU

Arsian Humbaraci

O general Mobutu, presidente do Zaire, terá o desejo de anexar um dia o enclave português de Cabinda? Se o Zaire tomara conta de grandes riquezas petrolíferas e daria, simultaneamente, ao seu país uma saída mais ampla para o Oceano Atlântico.

A questão não é totalmente destituída de sentido. Os projetos (ou desejos?) do general-presidente do Zaire são mencionados num documento-boletim oficial e confidencial belga — que um acaso providencial fez cair em nossas mãos. Deste documento consta inclusive o número de botas que o general Mobutu encomendou à firma Bata, de Kinshasa (20.000 pares) para as tropas de libertação angolana, de Holden Roberto, presidente do CRAE, o «governo angolano no exílio».

Analisando a inflação de efetivos militares do Grae pelo general Mobutu, o boletim diz: «O alistamento forçado de subditos angolanos (no Zaire vivem cerca de 800.000 refugiados de Angola) pela polícia do Zaire, por conta do exercito de libertação nacional do GRAE, principalmente em Kinshasa e no baixo Zaire, poderia ser considerado como uma manobra antes do mais social, porque as autoridades zairensas liberam desse modo, em benefício de nacionais, empregos ocupados por angolanos. Poderia também alegar-se que se trata de «neutralizar» angolanos na etnia mukongo, predispostos a intervir nas intrigas abakistas. Mas pode simplesmente tratar-se de uma medida destinada a aumentar os efetivos de Holden para elevar a sua capacidade de «bargaining power».

O boletim fornece detalhes precisos sobre as manobras de fins de 1973 das forças Armadas do Zaire (FAZ) chamando especialmente a atenção para a «travessia pelo rio batalhão de infantaria do rio Inkisi (trata-se de uma ação simulada de «libertação parcial de Angola», efetuada conjuntamente pelas FAZ e as forças do GRAE, a partir do Baixo Zaire).

Entretanto, embora o general Mobutu, desde seu discurso na ONU, a 14 de outubro de 1970, tenha declarado constantemente que «a África se assemelha a um revolver cujo gatilho se encontra no Zaire, o boletim continha uma pergunta «entre os dias 12 e 21 de setembro... após sua volta de Tripoli», onde, como se sabe, obteve apoio financeiro do coronel Kadnani, para formar estoques de cobre, a fim de compensar a ruptura de relações diplomáticas entre o Zaire e Israel.

O general Mobutu, ainda segundo o boletim oficial, pediu, teria formulado essa pergunta «entre os dias 12 e 21 de setembro... após sua volta de Tripoli», onde, como se sabe, obteve apoio financeiro do coronel Kadnani, para formar estoques de cobre, a fim de compensar a ruptura de relações diplomáticas entre o Zaire e Israel.

O boletim, finalmente, lembra que as ambições de Mobutu relativamente a Cabinda só podem contribuir para deteriorar ainda mais as relações do Zaire com a República Popular do Congo. Último episódio: no início de Janeiro, o governo do Congo Brazzaville anunciou a expulsão de todas as companhias petrolíferas (belgas e americanas) com excepção de duas companhias estatais, a francesa e a italiana, que operam na costa do Congo, no limite das concessões portuguesas facilitadas à Gulf Oil.

No dia 16 de Janeiro, o governo de Kinshasa, que não quer ficar atrás, anunciou outra medida de «nacionalização», dirigida contra as companhias petrolíferas. Mas, observando a coisa atentamente percebe-se logo que se

trata do controle pelo Estado dos sectores de «transporte e distribuição de combustíveis» das companhias de petróleo estrangeiras que operam no Zaire. Ora, a Gulf que exerce o monopólio «off-shore» ao longo de todo o Zaire não é mencionada.

Esta pequena rivalidade esconde o grande desacordo entre os dois regimes que as águas do Congo separam. Brazzaville acredita que a libertação de Cabinda deverá ser feita não pelas tropas de Holden, mas pelo principal movimento nacionalista angolano, o MPLA, ao qual dá todo o seu apoio. O MPLA, aliás luta há dez anos no enclave de Cabinda.

LUTAS POPULARES

NA UNIVERSIDADE

No contexto das recentes manifestações contra as guerras coloniais os estudantes têm assumido posições de vanguarda. Numa concentração marcada para junto do Instituto Superior Técnico, em Lisboa, numerosos estudantes de várias faculdades enfileiraram a polícia de choque que, com bastões, se havia postado no local. Seguindo a palavra de ordem de dispersar e retirar, os estudantes voltaram ao local e decidiram arrancar em manifestação. Eram mais de 200 a passo lento, e ordenadamente desceram a Avenida Amiralante Reis carregando na frente um enorme lençol vermelho com os azeres «Fim à guerra colonial».

Na cantina da Cidade Universitária foi exposta uma bandeira da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e afixados jornais murais com denúncias das chacinas das tropas colonialistas em África. Ao mesmo tempo numa Faculdade era exibido um filme também sobre a FRELIMO e, logo após, feito um debate em que participaram mais de 200 estudantes. No final foi aprovada por aclamação uma saudação ao movimento de libertação de Moçambique.

NA AGRICULTURA

6.000 trabalhadores do campo das regiões de Alpiarça, Almeirim, razedas de Ameirim e Benfica do Ribatejo paralisaram totalmente as suas atividades agrícolas pela reivindicação de menores salários. Foram efetuadas grandes concentrações onde foram debatidos os problemas que mais afligiam a classe camponesa da região. Depois de larga discussão resolveram eleger uma comissão representativa e não aceitar o trabalho, a menos que lhe fosse paga a diária de 140\$00. Vieram que prolongar a greve por uma semana, e ao cabo de várias concentrações junto do Grémio e das chamadas Casas do Povo, viram suas reivindicações parciais atendidas.

TRANSPORTES COLECTIVOS

Os aumentos das passagens nos transportes colectivos têm sido pretexto para as mais variadas manifestações de repúdio por parte das populações de algumas cidades do país, principalmente em Lisboa e Coimbra. Os trabalhadores e os estudantes, que são obrigados a utilizá-los diariamente, botam os transportes e manifestam-se nas ruas. Dias após um novo aumento, mais de 800 alunos da Escola Técnica Brotero, a saída das aulas, resolveram não utilizar transporte, e antes seguiram a pé, gritando «slogans», sempre que passavam por algum. Dois jovens foram presos. Mas não obstante, no dia seguinte a manifestação engrossou. Desta vez com estudantes universitários e numerosos populares que foram atacados pela polícia que fez varios feridos e prendeu mais duas pessoas. Entretanto, em algumas linhas dos colectivos, grupos mistos, novamente estudantes e populares, encontravam uma nova forma de fazer protesto: ocupavam os transportes e recusavam-se a pagar passagem, gritando ainda pelas janelas dos ônibus, como que a fazer convite a quem passava, para que entrassem porque ali não se pagava.

A que ponto de irrisão, chegam já hoje as determinações das autoridades de Caetano, que mesmo no seu aspecto dramático para o povo, como sejam estas que contribuem para a vertiginosa alta do custo de vida, ainda servem para que o mesmo povo as glose e as inclua no já vasto anedotário que envolve o regime e seus ridículos histriões! (Continua na página 4)

PELA AMNISTIA CONTRA A REPRESSÃO

Solidariedade às «Três Marias»

O «Times», de Londres publicou largos trechos de depoimentos de escritores portugueses solidários com as autoras das Novas Cartas Portuguesas, processadas pelo fascismo português, sob a acusação de que o livro, considerado uma obra prima pela crítica mundial, seria pornográfico. Coleta de ensaios, poemas, cartas e notas, o livro foi escrito por Maria Isabel Barreno, 34 anos, Maria de Fatima Velho da Costa, de 35 anos, e Maria Teresa Horta, de 35.

O escritor Urbano Tavares Rodrigues, interrogado a respeito do assunto, declarou: «É um trabalho de alto valor cultural e um livro que ficará na história da literatura portuguesa». Na opinião de UTR, as «Novas Cartas Portuguesas» nada têm de pornográfico, sendo, antes do mais, uma obra de significação política, pela denuncia da posição da mulher na sociedade portuguesa.

O escritor Augusto Abelaira, entrevistado, declarou que o erotismo é usado pelas autoras como instrumento de crítica social porque a sociedade burguesa em Portugal é profundamente hipócrita, exibindo uma fachada de puritanismo que deforma a realidade. Vida de Palma Inacio corre perigo

Em telegrama enviado ao Ministro do Interior de Portugal, a Associação Internacional dos Juristas Democráticos e vários intelectuais franceses entre os quais J. de Felice, Gerard Chaland, J. Mince, L. Schwartz e Michel Leiris — pediram que um medico de uma Organização Internacional seja autorizado a examinar Herminio da Palma Inacio. O líder da Luar — dizem — preso no dia 22 de novembro do ano passado, estava, na altura, em estado de coma após as torturas a que foi submetido pela policia politica durante os interrogatórios.

Desertor condenado

O Supremo Tribunal Militar condenou MANUEL DE CARVALHO, de 27 anos, operário agrícola, a uma pesada pena por haver desertado do Exército. Carvalho refugiara-se em França e é cidadão francês desde Outubro de 1972. Em 10 de março de 73, a PIDE prendeu-o na fronteira luso-espanhola. Diante da sentença, Carvalho apelou. O Tribunal confirmou a pena, deixando apenas uma opção à vítima: escolher entre quatro anos e meio de prisão militar ou cinco anos e três meses de «deportação militar».

O jornal francês «Liberation», comentando a noticia, lembra que mais de 100.000 desertores e reatriários portugueses buscaram refugio na França, na Suécia e na Belgica. Na França a sua situação é cada vez mais difícil. Os governos de Caetano e Pompidou acabam de assinar uma convenção sobre «imigração» que viola os princípios mais elementares do Direito. As coisas chegaram a tal ponto que a policia francesa, por vezes, rasga as autorizações de residencia dos jovens portugueses que não prestaram serviço militar...

Trinta dias de prisão para um padre O padre MARIO DE OLIVEIRA, pároco de Macieira de Lixa, no Douro, foi condenado em Fevereiro por um tribunal do Porto a 30 dias de prisão, a uma multa de mil escudos e à perda de direitos políticos por tres anos.

Preso em Março de 73, foi posto em liberdade condicional após dez meses nos carceres da PIDE-DGS

O caso teve profunda repercussão entre o povo de Macieira de Lixa, so-

lidário com o seu pároco e agitou a cúpula da igreja portuguesa. O padre Mário de Oliveira foi acusado de condenar «o esforço de deusa de Portugal», eufemismo que esconde a sua oposição à guerra colonial. Entretanto, parte da hierarquia ofereceu-lhe apoio. É sintomático que durante a Jornada da Paz, realizada em França, o bispo do Porto, mons. Ferreira Gomes exortou os cristãos a lutarem pela paz, criticando as teses segundo as quais a cruz é «um aliado natural da espada e uma justificativa para as conquistas e as pacificações violentas».

Denúncia da Comissão Justiça e Paz

A Comissão Francesa «Justiça e Paz», presidida pelo arcebispo de Reims, mons. Menager, divulgou em fevereiro um comunicado no qual chama a atenção da opinião publica francesa para os processos ilegais então prestes a iniciarem-se em Lisboa, abrangendo 35 pessoas detidas entre 22 de novembro e 12 de dezembro. «Conhecemos pessoalmente — salienta o documento — várias das pessoas presas. Os multiplos depoimentos que recebemos são irrefutáveis. Sabemos que os acusados não gozam de um minimo de proteção jurídica. Durante mais de um mes não receberam visitas. Até agora não puderam avistar-se com seus advogados. Alguns foram torturados (...) A comissão Francesa Justiça e Paz exprimeu sua preocupação ao embaixador de Portugal em Paris, pedindo-lhe que a transmitisse ao seu governo, o que foi recusado. Essa recusa constitui mais uma prova suplementar do endurecimento das autoridades portuguesas em face de todos aqueles — incluindo os cristãos — que não só em Portugal, mas tambem na ONU, no Estrangeiro e, especialmente na Africa, põem em causa as guerras coloniais na Guiné-Bissau, em Angola e Moçambique».

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL Edison Rodrigues Chaves

REPRESENTANTES

RECIFE: Angelo Ferreira da Silva R: do Hospício, 148, 1.º, Apto. 108

LONDRINA: Julio Duarte — edificio Centro Comercial — Apto. 141

INGLATERRA: Portuguese And Colonial Bulletin — 10 Fentiman Road, London, S. W 8

BELGICA: Antonio Casanova 35, rue Montenegro, 1060 — Bruxelas — Belgique

HOLANDA: TULIPA VERMELHA — Post-bus 12039 — AMSTERDAM — BIJMERMEER

CANADA: Portuguese Canadian Democratic Association P.O. Box 72

WESTON-ONTARIO VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo n.º 2.128 — Distrito 5 Montevideo

REDAÇÃO: Rua Libero Badaró n.º 488 5.º and. - s/50 - F. 37-0933 Caixa Postal, 6248 São Paulo — Brasil

EXPEDIENTE: Dias úteis: das 19 às 22 hs. Assinatura para o exterior US\$ 8,00

Composto e Impresso: Sociedade Impressora Pannartz Ltda. Rua Almeida Torres n.º 119 Prédio IV - Acimação - SP

ANO XVIII N.º 185 ABRIL DE 1974

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade



agência TRIÂNGULO de seguros s. a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BARAO DE ITAPETINGA, 255 (GALERIA CALIFORNIA), 11.º andar, conj. 1 107

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCENDIO SEGUROS EM GERAL

SÃO PAULO

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

PEQUENAS NOTÍCIAS

* O governo do Paquistão rompeu relações diplomáticas com Portugal. Para Caetano foi um rude golpe, pois há mais de 20 anos que o governo e a imprensa fascistas portuguesas endeusavam o Paquistão, apresentando-o como um «aliado». O gesto do presidente da Bhutto contribuiu para aumentar o isolamento internacional de Portugal.

* Por 19 votos contra um (EUA) e as ausências (França, Inglaterra e Itália), a Comissão dos Direitos do Homem da ONU adoptou no dia 4 de março uma recomendação instando o Conselho Económico e Social daquela Organização a «condenar com firmeza Portugal, a África do Sul e a Rodésia pelo seu «desprezo persistente e flagrante» pelas resoluções das Nações Unidas sobre os direitos do homem na África Austral.

* O Vaticano, pela palavra do prof. Federico Alessandrini, porta voz oficial de Papa Paulo VI, condenou a expulsão de seis missionários de Moçambique. Criticando o gesto das autoridades fascistas portuguesas, o representante da Santa Sé disse: «é doloroso e inquietante que, numa zona onde o povo já é reduzido, vários sacerdotes sejam obrigados a abandoná-la».

* Segundo reportagem publicada na grande revista liberal alemã «Der Spiegel», os oficiais portugueses do Exército de Moçambique declararam-se fartos de uma guerra sem sentido.

* Para assinalar o primeiro aniversário do assassinio de Amílcar Cabral, o PAIGC realizou vários ataques em Moçambique no dia 21 de janeiro. perto do rio dos Sargentos, dois autocarros «lançados» da Força Aérea foram totalmente destruídos por explosões de bombas colocadas por elementos do PAIGC. Na mesma noite, um carro da PIDE foi destruído por outra explosão. Logo depois, uma bomba explodiu num café. Houve um morto e 33 feridos, segundo a agência fascista «Luz».

* O ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, Van Eisinge, recebeu em Bruxelas uma missão do PAIGC. Segundo um comunicado oficial, o ministro expôs a posição belga, afirmando que seu país reconhece o direito à independência de todos os territórios africanos sob dominação portuguesa. Esclareceu ainda que o problema do reconhecimento da Guiné-Bissau como Estado soberano está sendo estudado pelos 9 países membros do Mercado Comum.

* A Guiné-Bissau foi admitida como novo membro na Conferência Diplomática sobre os Direitos Humanos, em Genebra. O delegado português qualifica a Guiné-Bissau de «entidade extractiva», mas seu protesto não obteve eco.

* As autoridades da República Popular do Congo prenderam em Brazzaville, no dia 26 de fevereiro, três indivíduos que viajavam num avião Nordavia procedentes de Rwanda. Interrogados, os três suspeitos confessaram ser mercenários incumbidos de tarefas de espionagem junto do Movimento Popular de Libertação de Angola. Foram recrutados em Lisboa e os nomes são: Anthony de Bono, Michael Newman e Glassman.

* A revista americana «Newsweek», que tem fumaças de liberal, publicou uma série de disparates sobre o livro do general António Spínola. Para ela, o ex-governador da Guiné-Bissau e o líder nacional de Portugal.

* O ministro dos Negócios Estrangeiros de Caetano, sr. Rui Patrício, chamou os jornalistas, durante sua visita ao Brasil, pela arrogância e falta de inteligência das suas respostas. Patrício, como sempre, mereceu os elogios de meios mundanos pelo corte das suas roupas e a elegância de suas gravatas, mas foi tão desastrado na conversa de imprensa que desagradou as autoridades brasileiras, feriu os próprios jornalistas do lobby português e mostrou-se insolente com reportagens estrangeiros, como Marvinne Ewe, do «New York Times», insinuando numa dupla ofensa, que um editorial do «Journal do Brasil» parecia escrito por ela.

* Em artigo publicado no Jornal «Le Monde», de Paris, Mário Soares, secretário geral do Partido Socialista Português, vê na atual crise do regime agravada pelo lançamento do livro de Spínola uma expressão da «profunda desorientação da classe dominante à qual ele pertence». Definindo a posição do seu partido, Mário Soares afirma que para seus correligionários «não se trata de obter uma «liberalização» mais ou menos ampla-concedida de cima por dirigentes repentinamente «iluminados» — mas sim de conquistar a democracia, à qual o povo português tem pleno direito; não se trata de improvisar novas formas neo-colonialistas, quaisquer que sejam, mas sim de reconhecer sem ambiguidades o direito inalienável dos povos explorados e oprimidos à autodeterminação e à independência».

* A escritora Maria Lamas impressionou profundamente o público que assistia ao julgamento das «Três Marias», no dia 1 de março ao afirmar que o livro «Novas Cartas Portuguesas» nada tem de pornográfico, mas traduz a dramática situação da mulher em Portugal. Maria Lamas, que está com 80 anos, foi carinhosamente aplaudida à saída do tribunal.

* De acordo com o organograma oficial, a linha de alta tensão que deverá conduzir para a África do Sul a energia produzida em Cabora Bassa deverá ser inaugurada em junho de 1975. Segundo os próprios jornalistas sul-africanos que visitaram a barragem, a proteção militar da linha — 880 quilômetros — será praticamente impossível.

* Combatentes da FRELIMO abateram no Norte de Moçambique, próximo da Mueda, um aparelho dakota de reconhecimento da Força Aérea portuguesa. No avião viajava o tenente coronel Alvares Pereira, comandante chefe das unidades de Artilharia no Norte da colónia.

* Segundo o «Daily News», de Dar Es Salaam, o general Costa Gomes ficou muito impressionado com a inspeção que realizou às tropas portuguesas de Moçambique, semanas antes de ser afastado por Caetano da chefia do Estado Maior conjunto das Três Armas. A convicção de que a desagregação do dispositivo militar em Moçambique é uma questão de tempo — tanto pela ação da FRELIMO como pela desmoralização do Exército português — teria sido um fator decisivo para levar Costa Gomes a tomar posições que torçaram Caetano a afastá-lo do cargo.

* Na região da Beira e nas Províncias do Niassa e do Cabo Delgado, em Moçambique, grassa uma epidemia de cólera.

* O Movimento Popular de Libertação de Angola divulgou em fevereiro um comunicado advertindo as empresas petrolíferas britânicas, americanas e sul-americanas dos «perigos e riscos de guerra» a que a sua política as está expondo. O documento esclarece que essas firmas estão praticando uma verdadeira pilhagem em Angola e informa que durante a recente crise de combustíveis venderam petróleo angolano aos regimes racistas de Portugal, Moçambique, Rodésia e África do Sul. O MPLA responsabiliza tanto as companhias como seus funcionários por essa política.

* O PAIGC concluiu vitoriosamente uma ofensiva desencadeada contra o campo entrincheirado português de Copá, na região do Gabu, na Guiné-Bissau. Durante a operação — que terminou com a tomada do campo — as tropas da guarnição sofreram mais de 100 baixas (mortos), perderam 14 veículos e importantes quantidades de armamento. Foi também abatido um jacto super-sonico FIAT-G 91.

* Durante uma entrevista à imprensa, em Accra, Ghana, Aristides Pereira, secretário geral do PAIGC, declarou que seu país apresentará formalmente seu pedido de admissão como Estado membro da ONU à próxima Assembleia Geral da Organização.

* Semanas antes das últimas eleições gerais, o secretário geral do Labour, sr. Harold Wilson, declarou enfaticamente que um governo Trabalhista na Inglaterra prestaria «ajuda material aos movimentos de Libertação africanos». Os observadores, agora, duvidam de que cumpra a palavra.

* O Conselho Mundial das Igrejas resolveu atribuir 450.000 dólares a 29 organizações que lutam contra o racismo. A maior verba coube ao PAIGC (100.000 dólares).

* O governo de Tanzania ordenou o confisco de 8,4 toneladas de papel importadas por uma firma local, depois de apurar que o produto fora fabricado em Portugal.

* O governo do Canadá aprovou a concessão de uma importante verba para ajuda aos grupos e movimentos que lutam na África Austral contra «os regimes de supremacia de minorias brancas».

* O Sinodo da Igreja Reformada Holandesa dirigiu apelo ao governo de Haia para que reconheça oficialmente a República da Guiné-Bissau.

* O semanário fascista «Mundo Português», que se esforça agora para marcar as suas posições distanciando-se da «Voz de Portugal», publica com relevo declarações do sr Philip M. Crane, um obscuro deputado por Illinois que acaba de visitar Angola e Moçambique, passando uma semana em cada um desses territórios. Voltou deslumbrado. E botou fala. Segundo esse senhor, «o mundo livre tem de compreender depressa que depende de Portugal. E os EUA, em particular, não poderão esquecer que Portugal é um aliado fiel e honesto». O «Mundo Português» publica esses disparates em negro, sob o título «Futuro do mundo no futuro de Portugal». Como se verifica, o «fascismo de esquerda» assemelha-se, como duas gotas de água entre si, ao fascismo de direita. O futuro do «Mundo Português» não deverá ser muito diferente do da «Voz de Portugal»...

* O deputado Cunha Bueno filho é um continuador fiel do ex-deputado Cunha Bueno que foi no Brasil um dos regentes do lobby português. Ao regressar agora de Moçambique declarou que Moçambique pode ser um dos celeiros do Mundo ocidental. Esqueceu-se de acrescentar que o povo moçambicano, segundo a FAO, vive em condições dramáticas de subnutrição.

PAIGC, PRESENTE EM LISBOA

Pela primeira vez desde o início da guerra colonial na Guiné-Bissau, o PAIGC distribuiu em Lisboa um documento que circula clandestinamente em dezenas de quartéis. O volante é dirigido aos «soldados portugueses», exortando-os a desertar. Depois de evocar um barbaro bombardeamento de uma escola do PAIGC em Tâmbico, durante o qual morreram 15 crianças, o documento salienta: «Soldado português, como homem que pensa e reflete e tem consciência do bem e do mal, deves recusar a tua colaboração a esses crimes bárbaros que, aliás, não impedirão os colonialistas portugueses de sofrer uma vergonhosa derrota em nossa terra».

O PAIGC esclarece que não combate o povo português, pois luta unicamente para «liquidar no solo da Guiné a dominação colonialista portuguesa».

Segundo o «Journal de Genève», da Suíça, o aparecimento de semelhante documento neste momento em Lisboa é significativo. As autoridades fascistas temem que ele possa assinalar o início de operações de sabotagem do PAIGC no território português e particularmente em unidades militares. A presença em Portugal de milhares de trabalhadores caboverdianos oferece ao PAIGC um ótimo campo de recrutamento.

ESCLARECIMENTO NATAL DO PRESO POLITICO

Por motivo de falha técnica, boa parte da edição anterior de «Portugal Democrático» saiu sem duas rubricas que perfaziam o total das contribuições recebidas para o NATAL DO PRESO POLITICO.

Em vista disso republicamos na íntegra as últimas quantias que nos foram enviadas:

Transporte	Cr\$ 435,00
Maria Irolinda	25,00
J. Quitério	20,00
João Rino	130,00
A. Pereira	20,00
J. Correia	70,00
Total	700,00



A DESAGREGAÇÃO CASTRENSE

Este, bem poderia ser um exército do povo, um exército defensor da soberania nacional. Mas não é. É um exército dos Spínola, dos Kaulza de Arriaga, dos Sarmiento Rodrigues, um exército dos grandes monopólios, bem equipado e apetrechado para reprimir as aspirações de liberdade e independência económica do povo português, para combater ferozmente as lutas de libertação dos povos de Angola, Guiné e Moçambique; enfim, um exército desmoralizado, condenado ao fracasso como instituição nacional e à derrota nas colónias; um exército condenado à desagregação, conforme o provam os milhares de deserções, a insubordinação nos quartéis, nas frentes de guerra e, mais recentemente, a sublevação das Caldas da Rainha.

COLOMBIANOS CONDENAM GUERRAS COLONIAIS

O importante diário «El Periodico», de Bogotá, publicou em sua edição de 3 de março uma reportagem ilustrada, de página inteira, intitulada «A selvagem guerra portuguesa em África». O artigo, assinado pelo conhecido jornalista Rodrigo Jaramillo, ex-secretário geral do Partido Democrata Cristão da Colômbia, inclui, na primeira parte, uma entrevista com o nosso companheiro de redação Miguel Urbano Rodrigues, que cita numerosos e fatos e analisa as múltiplas implicações da guerra colonial.

Pela sua importância, transcrevemos os parágrafos finais em que Rodrigo Jaramillo aborda uma questão da maior actualidade: a política cafeeira da Colômbia e as suas repercussões africanas.

«O curioso do caso — escreve — é que a Colômbia, país que suportou milhares de sacrifícios para se libertar do jugo espanhol continua negociando com Portugal as quotas cafeeiras que deveriam ser livremente negociadas pelas mãos escravas que fazem as colheitas no espoliado país africano.

Nós, colombianos, devemos a nossa solidariedade aos povos que ainda lutam contra a garra infame do colonialismo. O presidente Pastrana, por intermédio do ministro dos Negócios Estrangeiros, Vasquez Carrizosa, assinou uma declaração com o chanceler peruano, Miguel Angel de la Flor na qual se condena o imperialismo e o colonialismo. É preciso que aquilo que se afirma nessa declaração se converta em actos e factos e que nas Nações Unidas o nosso governo aprove todas as condenações ao regime colonialista portuguesas propostas pelos africanos. É também necessário que o nosso gover-

no reconheça o regime independente da Guiné-Bissau e que não negocie com Portugal, procurando, ao invés, chegar a acordo com Angola, no tocante ao café. Futuramente, serão os angolanos quem determinarão a sua própria política cafeeira, porque o colonialismo está ferido de morte no mundo.»

Na abertura do seu artigo, Rodrigo Jaramillo salienta a significação da presença simultânea em Bogotá de dois elementos da oposição democrática portuguesa — Mário Soares e Miguel Urbano Rodrigues acontecimento incomum.

SAM 6, EM ANGOLA SAM 3, NA GUINÉ

«Ainda não é a debandada. Mas entre os 250.000 colonos portugueses instalados em Moçambique o medo assume grandes proporções. Desde o início do ano, a guerrilha do Norte desceu para o centro do país, precisamente a região mais rica. As sabotagens e os atentados multiplicam-se e a segurança nos campos é cada vez menor.

Não é apenas em Moçambique que a situação piora. Na Guiné Bissau, onde os revolucionários obtiveram o reconhecimento do seu governo pelas Nações Unidas, em novembro último, os foguetes SAM-3 destruíram dois terços dos aviões portugueses. Finalmente, em Angola, os primeiros SAM6, de fabrico soviético — idênticos aos empregados pelos egípcios de ambos os lados do Canal de Suez — fizeram o seu aparecimento. Portugal que enterra metade do orçamento nas guerras africanas, inquina-se.

Na Assembleia Nacional, os debates entre os deputados do partido unico tornaram-se acalorados. «Como prosseguir a guerra na Guiné, gritou o sr Garrett Correia se o inimigo tem a sorte de possuir melhores armas do que nós?» O sr Gonçalo Mesquita foi mais explícito: «Nossas perdas em bens e vidas humanas, em Moçambique, nunca foram tão elevadas. O clima geral deteriora-se, a desconfiança instala-se, os espíritos estão perturbados. E realmente estão perturbados. Somente num mes, os revolucionários da FRELIMO izeram explodir por três vezes trechos do caminho de ferro que liga a Beira a Salisbury, na Rodésia. As recentes incursões contra fazendas de colonos brancos semearam o pânico entre os civis. A morte, de uma mulher portuguesa, numa aldeia isolada, funcionou como detonador: durante três dias, na Beira, segunda cidade de Moçambique, centenas de manifestantes de origem europeia chocaram-se com Exército acusando-o de «iraqueza».

(in «L'Express», Paris, 11 de fevereiro)

N. da R. — O autor deste artigo, Edouard Bailly, foi colocado na lista negra do fascismo português, Caetano proibiu sua entrada em Portugal.

DR. EDISON RODRIGUES-CHAVES
Advocacia cível e comercial

Inventários, partilhas e arrolamentos — Desquites e anulação de casamento — Naturalizações — Protestos e cancelamento de protestos — Contractos, renovação de contratos e ações de despejo — Falências e concordatas.

R. Boa Vista, 84, 7.º andar, salas 701 a 704 — telefone 34-7064
S. PAULO

A OFENSIVA DA FRELIMO

Até os seus maiores detratores reconhecem, agora a contragosto, que os guerrilheiros da FRELIMO estão alcançando enorme sucesso.

Vejam o seu registro no último ano:

* Transformaram a guerra de um remoto conflito de fronteira numa ameaça ao próprio coração de Moçambique essa que apresenta dotos os sinais de um contínuo desenvolvimento;

* A partir da Zâmbia no noroeste penetraram através de vasta região, tórvida e repleta de tropas, para avançar por mais de metade do caminho para o sul desse território de 1965 km de extensão e apanhar os portugueses pela retaguarda completamente de surpresa;

* Colocaram perante séria ameaça económica, que pode muito bem tornar-se uma ameaça militar, a cidade da Beira, segundo maior porto de Moçambique e porta de entrada para a Rodésia e o Malawi;

* O seu avanço para o sul aumentou potencialmente o acesso à Rodésia para os seus companheiros de viagem, os guerrilheiros da ZANU, ao longo de metade da extensa fronteira entre Moçambique e a Rodésia;

* Tão rápido é o avanço da FRELIMO que a África do Sul tomou repentinamente consciência de que o Transvaal não fica muito ao sul... e os guerrilheiros do Congresso Nacional Africano podem também viajar com a FRELIMO;

* Intensificando a guerra com ataques frequentes e em pontos distantes entre si e uma profusão de minas, a FRELIMO está imobilizando 60.000 soldados portugueses numa imensa área.

O ano que passou colocou indubitavelmente a FRELIMO na vanguarda dos vários movimentos que lutam na África Portuguesa, à frente do próprio PAIGC da Guiné portuguesa, onde as hostilidades atingem grande violência mas se encontram quase num impasse.

Os elementos da administração de Moçambique admitem oficialmente uma preocupação apenas moderada a respeito do rápido progresso da FRELIMO em direção à importante estrada e ferrovia que une a Beira à Rodésia.

Mas particularmente, muitos estão extremamente apreensivos. Agora, pela primeira vez, vê-se figuras responsáveis dos meios portugueses encarar seriamente as perspectivas da guerra nesse imenso território — e talvez até a possibilidade da derrota.

Uma vitória militar da FRELIMO, no entanto, parece remota dada o pequeno número dos seus efetivos.

Mas por quanto tempo poderão Portugal e um Moçambique depauperado continuar a suportar sozinho os pesados custos em dinheiro e recursos humanos?

E a inevitável diminuição das rendas...?

Desde o Ano Novo o intenso movimento turístico rodésiano para a Beira e para a famosa reserva de caça da Gorongosa foi reduzido a quase nada pela tripla influência da cólera, do racionamento da gasolina e do terrorismo.

Mas mesmo que não precisassem de vacina contra a cólera ou de coupons de gasolina, poucos rodésianos estariam dispostos, como disse um, «a arriscar a vida da minha mulher e dos meus filhos dirigindo pelo meio de um bando de terroristas».

O turismo representa uns 20 por cento da renda da cidade da Beira. A maior parte vem do porto e dos caminhos de ferro — agora seriamente ameaçados pelos ataques às linhas da Rodésia e do Malawi.

Os belenenses reagiram com medo e raiva aos ataques à estrada de ferro e ao quartel de Inhâminga apenas a 180 km ao norte.

Ninguém os preveniu do que podia acontecer — o que é surpreendente, porque já havia sinais muito claros no primeiro semestre do ano passado.

Agora as autoridades, apanhadas desprevenidas, estão tentando desordenadamente estabelecer uma linha de defesa em toda a extensão desde a Beira até à fronteira da Rodésia.

Pode ser tarde, porque o progresso da FRELIMO para o sul é acompanhado de novas e eficientes táticas.

Quando, a partir de 1970, começou a infestar a enorme e difícil região de Tete, a partir da Zâmbia, enquanto os portugueses estavam envolvidos nas zonas de guerra de Cabo Delgado e Niassa, a FRELIMO dependeu em larga medida do apoio voluntário ou forçado dos camponeses africanos.

Ela ainda infesta Tete, mas grande parte do apoio local foi-lhe retirado pelo reagrupamento das populações locais em grandes aldeamentos.

Assim, a FRELIMO iniciou a atual campanha de ataques a esses aldeamentos ao mesmo tempo em que se infiltravam para o sul.

Primeiro enviou agentes subversivos para conquistar os africanos das áreas não afetadas, depois organizou um

constante fluxo de armas e suprimentos — tudo transportado nas costas.

Quando um cirurgião espanhol foi morto no norte da Gorongosa no princípio do ano passado, e o acampamento da Gorongosa metralhado, foram para lá enviados às pressas tropas paraquedistas.

Estas constataram que a FRELIMO se havia instalado lá um ano e meio ou mais antes de ser apertado o primeiro gatilho, que a maior parte da população local era pró-Frelimo e que os poucos e pequenos bandos da FRELIMO que operavam na área simplesmente se dissolveram entre a população.

Quando os disparos começaram, os ataques da FRELIMO começaram a acontecer à assustadora razão de 15 a 20 por mês, aumentando até atingir a violência atual.

Se este ritmo continuar (e não há razões para pensar o contrário) isso significa que a esta altura os seus agentes avançados já estão abrindo caminho muito para o sul da estrada de ferro Beira-Rodésia — possivelmente ao sul do rio Save e aproximando-se do Transvaal.

Entre a estrada Beira-Rodésia e o caminho de ferro Lourenço Marques-África do Sul há uma grande extensão

de África escassamente afetada pelo tempo e pelo homem exceto no que se refere a algumas pequenas povoações, estradas toscas e a estrada de ferro que sai de Lourenço Marques e entra na Rodésia em Malvérnia.

A estrada de ferro é logicamente o próximo alvo para a FRELIMO. Sabotá-la aumentaria enormemente o seu prestígio no exterior e seria uma grande dor de cabeça para Lisboa.

Os portugueses parecem depositar muita fé na gigantesca barragem de Cabora Bassa, que começará a encher no fim deste ano, como uma barreira à infiltração da FRELIMO da Zâmbia para o sul do Zâmbese.

Ela permitirá sem dúvida uma patrulhamento intenso e vigilância pelo radar ao longo dos 250 km de superfície aquática. Mas a FRELIMO já se estabeleceu muito a jusante da barragem e pode facilmente contornar o lago por qualquer das duas extremidades. E a essa altura já terá infiltrado mais homens para o sul e possivelmente disporá de brinquedos tão destruidores como são os foguetes terra-ar portáteis.

Do Star Weekly (África do Sul) de 23-2-74.

LUTAS POPULARES

(Conclusão da página 2)

BANCARIOS

Na Baixa de Lisboa foi levada a efeito uma manifestação monstro com a participação de milhares de bancários que exigiam a readmissão de um colega do Banco do Alentejo, demitido arbitrariamente. A manifestação foi brutalmente reprimida pela polícia de choque, com o habitual furor nazista

e a ajuda de gases lacrimogêneos. Telegramas de protesto foram enviados aos ministros do Interior e das Corporações. Outras arbitrariedades foram perpetradas durante uma Assembleia Geral em que a polícia interveio e roubou documentos pertencentes à Direção do Sindicato Esta, deslocou-se globalmente ao Ministério das Corporações e reafirmou enérgicamente o seu protesto.

SPÍNOLA : UMA PEDRADA NO CHARCO

(...) No dia 9 de Março as Forças Armadas portuguesas foram colocadas em estado de prontidão por «motivo de disciplina interna». Parece que essa disciplina interna foi afetada entre os oficiais subalternos, já descontentes com o soldo, por boatos de sanções contra o general Spínola por causa do seu livro. Um livro que, num país atacado de letargia política há quase meio século, teve quase o efeito de uma bomba. Tanto mais que Spínola não poupa críticas, mesmo severas, ao Governo de Marcelo Caetano. Em Portugal diz-se que qualquer elemento da oposição teria sido imediatamente preso se tivesse dirigido ao regime metade das críticas contidas no livro de Spínola.

Entretanto, não nos enganemos! Não se trata do requisitório de um democrata, digamos de um liberal favorável ao direito à auto-determinação dos povos colonizados ou à sua independência. Aqueles que acompanharam a carreira militar (e política) do general não esperavam, claro, tomadas de posição categóricas. «Portugal e o Futuro», publicado no momento em que o governo de Lisboa atravessa uma grave crise, parece sobretudo preparar a candidatura do general à direção do regime para permitir que ele saia do vespertino africano e dê a Portugal um lugar no seio da comunidade internacional.

Mas também aí, é bom não cair em equívocos. A solução que Spínola propõe ignora totalmente a realidade representada pelos movimentos de libertação que se batem há mais de dez anos nas «provincias ultramarinas». O que ele preconiza é uma «descolonização» estritamente controlada pela metrópole no quadro de uma «grande comunidade luso-africana», isto é, um

neo-colonialismo que preserve os interesses portugueses e internacionais nos territórios africanos ainda nominalmente controlados pelas tropas de Lisboa. Aparentemente, Spínola amadureceu com paciência as ideias que expressa no seu livro. Pouco a pouco chegou a essas conclusões, durante as campanhas que travou, à frente do corpo expedicionário português, contra o PAIGC. Convém não esquecer que, no momento da sua nomeação para Bissau em 1968, afirmou que o movimento então dirigido por Amílcar Cabral estaria liquidado dentro de seis meses. Essa profecia do governador militar não se cumpriu. Durante o reinado de Spínola, o PAIGC realizou constantes progressos enquanto as tropas portuguesas eram encostadas à parede, vale dizer, ao mar. O governador foi chamado a Portugal quatro semanas antes da proclamação da República pelo PAIGC (24 de setembro de 1973). O pequeno Estado foi até agora reconhecido por mais de 70 países. Expulso de prestigiosos organismos internacionais, como a FAO, a UNESCO, a OIT colocado em minoria permanentemente, na ONU, considera-se um aliado incómodo no próprio seio da NATO, Portugal não poderá sair desse impasse sem resolver o problema das guerras africanas.

«Qualquer estratégia nacional fundada sobre a continuação de uma política que impõe uma tal carga à defesa (mais de 50% do orçamento do Estado destinam-se a despesas militares) comprometerá certamente a própria sobrevivência da nação» afirma Spínola. E acrescenta: «Não podemos aceitar a ideia (...) que se morre hoje para que amanhã se continue morrendo».

(in «Jeune Afrique», 23-3-73)



Spínola: crítica ao regime para preservar o regime

M
O
Ç
A
M
B
I
Q
U
E



F
R
E
L
I
M
O

A principal investida da FRELIMO para o interior de Moçambique deslocou-se da área em torno de Mueda, Cabo Delgado, e de Vila Cabral, no distrito de Niassa, para o distrito de Tete, do qual está agora avançando para e através da estreita faixa de território entre a Beira e a Rodésia em direção ao rio Save. Acredita-se que esteja tentando alcançar a estrada de ferro que liga Lourenço Marques à Rodésia.

QUAL A SAÍDA?

Pela primeira vez em 47 anos, o governo português enfrenta uma crise militar grave. A destituição, no dia 14, do general António Spínola da subchefia do Estado Maior das Forças Armadas levou muitos observadores a crer que o primeiro-ministro Marcelo Caetano tinha reassumido o controle da situação. Mas essa conclusão parece gratuita diante de uma análise mais aprofundada dos fatos.

O levante do Regimento de Infantaria V no dia 16, a sua marcha das Caldas da Rainha sobre Lisboa, o malogro da tentativa e a posterior prisão dos oficiais envolvidos na revolta vieram confirmar que a crise transcende as pessoas do sucessor de Salazar e do ex-governador da Guiné-Bissau.

Os acontecimentos, aliás, enfraqueceram as posições de ambos. Spínola, que está longe de ser um ídolo do Exército, deixou passar a grande oportunidade. Não tentou atravessar o Rubião na hora exata. Aceitando passivamente a sua demissão, imposta pela ultra-direita, o autor do discutido livro «Portugal e o Futuro» perdeu parte da confiança dos setores militares moderados que o apoiavam. Spínola nunca foi um anti-colonialista. A oposição portuguesa criticou-o nas últimas semanas. Denunciou-o como oportunista e pôs em dúvida o seu desejo de restabelecer a paz. De outro lado, os movimentos libertadores de Angola, de Moçambique e da Guiné-Bissau (que o responsabilizam pelo assassinio de Amílcar Cabral) acusam-no de defender a criação nas colônias de Estados fantoches, negando-se a reconhecer como interlocutores os partidos e organizações que lutam desde 1961 contra o domínio colonial português: o MPLA a FRELIMO e o PAIGC.

Marcelo Caetano, aparentemente «vitorioso», é talvez o grande vencedor da crise político-militar. Recebeu as homenagens públicas da Assembleia Nacional e de 200 oficiais superiores que foram manifestar-lhe o seu apoio à política africana. Na realidade, a manifestação teve o significado de um

ultimato. Os ultras exigiram e obtiveram o afastamento de Spínola e do chefe do Estado-Maior, general Costa Gomes. Para substituir o último foi nomeado um dos «falcões» mais agressivos do Exército, o general Joaquim da Luz Cunha, ex-ministro do Exército e no momento comandante chefe em Angola.

E' pouco provável que nas próximas semanas se repita um episódio como o que envolveu o VI de Infantaria. A desorganização e acefalia de movimento sedicioso ficaram tão patentes que os oficiais «partidários da paz» hesitarão muito, no futuro, antes de se comprometerem em aventuras sem comando. Mas nem por isso as perspectivas são tranquilas para os ultras. Seu primeiro objetivo talvez seja, agora, a eliminação de Marcelo Caetano. Generais como Kaulza de Arriaga, Sá Viana Rebelo e Luz Cunha consideram o primeiro-ministro um político ambíguo e sem personalidade. Esperam apenas uma oportunidade favorável para exigir a sua cabeça. A possibilidade de que o presidente Américo Tomás se atenda é grande. Não é improvável, assim, que Portugal tenha, brevemente, um governo de ultra-direita, chefiado por um general disposto a ampliar a escalada na África para manter a integridade do Império.

Não se deve, entretanto, esquecer que os ultras portugueses demonstraram em inúmeras ocasiões a sua incapacidade política. Eles parecem ignorar que os próprios problemas militares não podem hoje ser decididos em Portugal, por um reduzido número de generais, à revelia do Exército. E o Exército, fundamentalmente, está na África, atolado há 14 anos numa guerra sem perspectivas. O balanço desse conflito pesa nos quartéis: 10.000 mortos, 30.000 mutilados, 30.000 feridos, 4,5 bilhões de dólares.

A cada dia que passa torna-se mais evidente que a atitude dos 60.000 soldados e oficiais de Moçambique, dos 50.000 de Angola, dos 35.000 da Guiné será determinante para o desfecho da crise do governo português. A esmagadora maioria do Corpo Expedicionário (quatro anos de serviços nas fileiras) deseja a paz, quer regressar a Portugal.

(in «Jornal do Bairro», São Paulo, 20-3-74)

SEKOU TOURE

(Conclusão da 1.ª página)

forças armadas, tudo se passará como se assistissemos, não sem sadismo, ao espectáculo da luta dos povos ainda sob dominação estrangeira. A cumplicidade não pode ser mais grave, mais ignóbil; a indiferença não pode ser mais criminosa.

Supunhamos apenas — acrescentou — que toda a África, com base na Resolução adoptada no dia 22 de outubro de 1973 pela Assembleia Geral da ONU, decidia intervir militarmente, economicamente, politicamente, enfim, de todas as maneiras e por todos os meios apropriados contra o fascismo português, que agride presentemente a África através da Guiné-Bissau, de Angola e de Moçambique. Podemos estar certos que Portugal em pouco tempo ficaria reduzido a sua expressão mais simples e que seu poder ilegal não se exerceria mais sobre um só metro quadrado do solo africano».

PORTE PAGO - DR - SP
AGÊNCIA CENTRAL
AUTORIZAÇÃO N.º 64283
PORTUGAL DEMOCRÁTICO
R. L. Baduró, 488 - 5.º S. 50 - SP - Brasil